

Superpopulação relativa, dependência e desemprego estrutural no Brasil

Pedro Henrique Evangelista Duarte ¹

Introdução

A pesquisa “Superpopulação relativa e desemprego estrutural no Brasil”, desenvolvida na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás – FACE/UFG –, tem por objetivo central, dentro do arcabouço da economia política, elaborar um estudo voltado à retomada da tradição marxista como elo para a compreensão dos elementos característicos da economia capitalista, em especial na sua manifestação periférica e, particularmente, no que diz respeito a seus reflexos sobre as relações de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa se orienta à tentativa de compreensão dos fatores histórico-estruturais que caracterizam as relações de trabalho no Brasil, e como tais fatores nos auxiliam no entendimento dos desdobramentos das relações capital-trabalho na contemporaneidade.

Do ponto de vista institucional, a pesquisa é realizada como parte do Núcleo de Pesquisa Econômica – NEPEC. O NEPEC foi criado, a partir da aglutinação de professores com formação diferenciada e atuação em diversas linhas de pesquisa, com o objetivo de buscar um direcionamento na convergência em torno de uma linha de pesquisa geral – o desenvolvimento econômico regional – e a partir de então desenvolver uma série de pesquisas que dialoguem com o núcleo centralizador. Nessa perspectiva, a pesquisa “Superpopulação relativa e desemprego estrutural” se alinha com o debate em torno da economia política e economia do trabalho, promovendo o esforço de ressaltar os elementos convergentes nessas diferentes áreas.

(1) Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador Associado do ICDD – International Center for Development and Decent Work. Contato: pheduarte@ufg.br.

A partir desses elementos, assume-se a importância do debate proposto, não apenas no que diz respeito à análise de fatos concretos da economia brasileira, bem como das relações de trabalho, mas além, para a retomada da tradição marxista – comumente marginalizada no debate econômico – como fundamentação teórica primordial para a compreensão das descontinuidades e dos desafios que o avanço do capital representa na sociedade moderna. É somente a partir dessa retomada – e tem-se tal fato como base dessa proposta – é que se considera possível apontar para possíveis alternativas frente aos problemas colocados no período atual.

1 Debate teórico-histórico

O processo histórico de conformação do modo de produção capitalista, a partir do estabelecimento dos mecanismos de apropriação dos meios de produção e do valor excedente, e da imposição da força de trabalho como mera mercadoria, se constituiu fundamentado na consolidação de relações de exploração capital-trabalho. A produção do valor, resultado final do trabalho no interior do processo produtivo, e a apropriação de parte do mesmo pela classe detentora dos meios de produção, se tornou o elemento fundante sobre o qual se estruturou não apenas a reprodução do capital mas, para além disso, a própria reprodução ampliada do sistema, que se desdobra num esquema onde a intensificação da exploração do trabalho se firma como elemento predominante desse processo.

Ao elaborar uma interpretação sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, calcada na crítica à teoria do valor clássica desenvolvida por Adam Smith e David Ricardo, Karl Marx discorreu sobre a forma pela qual se estabelece a relação entre capital e trabalho no interior do capitalismo – relação essa circunscrita à compra e venda de força de trabalho e à produção de valor – de tal modo que, ao se consolidar como detentor dos meios de produção, as forças capitalistas determinavam não apenas o ritmo da produção de mercadorias em si, mas o próprio ritmo de produção e reprodução da força de trabalho. Assim, ao impor a subordinação do trabalho ao capital, as relações capitalistas de produção determinaram a forma e o sentido da reprodução da força de trabalho que, da mesma forma, se dariam em função das necessidades do capital. De modo que

[a] força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode librar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (Marx, 1980, p. 714).

É a partir desse enfoque que ganha corpo a tese da formação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, como resultado dos desdobramentos do modo de produção capitalista. A ideia introduzida por Marx se fundamenta na lógica de que, à medida que o sistema capitalista se desenvolve e complexifica as relações de produção, a partir da introdução de técnicas e métodos produtivos mais avançados, é modificada a *composição orgânica do capital*² – relação que expressa, da perspectiva do valor, a proporção em que o capital se reparte em valor dos meios de produção, ou capital constante, e valor da força de trabalho, ou capital variável –, conduzindo a um processo de decréscimo relativo da parte variável do capital em relação ao capital total. Em outras palavras, com o progresso da acumulação e da concentração de capital que o acompanha, e que conduz à ampliação da produtividade social do trabalho, uma proporção cada vez menor de trabalhadores seria agregada ao processo produtivo, em relação a proporções crescentes de capital constante. Levando em conta a manutenção da taxa de crescimento da população que resulta, em cada período, na inclusão de contingentes populacionais no mercado de trabalho, a tendência de elevação da produtividade no sistema capitalista, a partir da introdução de métodos produtivos modernos, traria em si a tendência à redução relativa da massa de trabalhadores incluídos dentro do processo produtivo – e, portanto, de redução do capital variável em relação ao capital constante – e, em consequência, ao surgimento de uma *superpopulação relativa*, ou *exército industrial de reserva*.

(2) Ao explicar a composição do capital no processo produtivo, Marx fundamenta tal compreensão a partir de um duplo sentido, expressa nos conceitos de *composição técnica do capital* e *composição orgânica do capital*: o primeiro, do ponto de vista da matéria – relação entre meios de produção e força de trabalho viva – e o segundo da perspectiva do valor – relação entre o valor dos meios de produção e valor da força de trabalho. De acordo com o autor, ambas formas de composição do capital se mantinham constantes nos estágios iniciais do modo de produção capitalistas, de modo que qualquer novo investimento em capital resultava em contratação de mão-de-obra na mesma proporção, conduzindo a uma tendência à elevação dos salários. No entanto, tal relação tenderia a se modificar ao longo do processo de desenvolvimento capitalista.

Assim, a *superpopulação relativa*, entendida enquanto parte da mão-de-obra não empregada que está permanentemente à disposição do capital e que, por isso, se submete a formas de trabalho extremamente precárias e vive sob condições espúrias e degradantes, é resultado do movimento cíclico e contraditório do capital: cíclico porque se estende a cada etapa do desenvolvimento das forças capitalistas, e contraditório porque é somente através da exploração do trabalho que o capital pode se reproduzir – ou, dito em outras palavras, é apenas o trabalho vivo que pode produzir mais-valia. Para além de resultado do avanço do sistema capitalista, a existência de uma superpopulação relativa seria condição relevante para as consecutivas etapas de reprodução do capital, dado que a existência de um contingente populacional cada vez mais extenso não só condiciona uma permanente disponibilidade de mão de obra a ser explorada pelo capital nos momentos de ampliação de sua base técnica, mas também cria constantemente pressões sobre os salários.

De acordo com a análise empreendida por Marx, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de diversos matizes, de modo que, dentro das fases alternadas do ciclo industrial, todo trabalhador faria parte dela durante o tempo em que estivesse *desempregado ou parcialmente empregado*. Continuamente, a categoria assumiria três principais formas³:

1. *Forma flutuante*: composta pelos trabalhadores que, nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, etc., seriam ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de modo que, em seu conjunto, aumentaria o número de empregados, mas em proporção decrescente em relação ao aumento da escala de produção;

2. *Forma latente*: parte da população rural que encontra-se na iminência de transferir-se para os centros urbanos, quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminuindo a procura absoluta da população trabalhadora rural à medida que se acumula o capital que nela funciona;

3. *Forma estagnada*: parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupações totalmente irregulares, os quais se tornaram supérfluos na grande indústria, na agricultura e nos ramos em decadência, situando-se como

(3) Cf. Marx (2009).

reservatório inesgotável de força de trabalho disponível submetida a condições de duração máxima de trabalho e mínima de salários.

Além dessas três formas, Marx ainda chama a atenção para a esfera do pauperismo, cuja lógica de circunscreve ao *mais profundo sedimento da superpopulação relativa*, composto pelos aptos ao trabalho, órfãos e filhos de indigentes, e os degradados, desmoralizados e incapazes de trabalhar. O pauperismo seria o *asilo dos inválidos* do exército ativo de trabalhadores – para o conjunto daqueles com uma possibilidade de inserção precária - e o *peso morto* do exército industrial de reserva – para o conjunto de marginalizados cuja inserção seria impossível. De modo que, mesmo considerando sua não funcionalidade enquanto mão-de-obra disponível para o sistema, ainda constituiria condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza, enquanto elemento resultante da acumulação e reprodução ampliada do capital.

Tendo em mente a categoria delimitada no âmbito da teoria do valor, o debate sobre a formação da superpopulação relativa ganhou eco na análise do desenvolvimento capitalista periférico latino-americano através da *teoria da marginalidade*. Partindo da ideia de que os trabalhadores e os meios de produção são os fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, e a forma pela qual se opera a combinação de tais fatores estabelece, de um lado, a distinção entre as diferentes épocas econômicas pelas quais atravessa a estrutura social, e de outro, o tamanho da população que pode-se considerar adequada para determinada estrutura produtiva – de tal forma que a parte da população que excede tais limites permanece em mero estado virtual dado a sua não vinculação aos fatores de produção – a *marginalidade* decorreria de um processo inserção de parte da massa trabalhadora excedente em formas peculiares de trabalho, vinculadas ou não ao setor capitalista de produção.

O ponto fulcral da análise empreendida pela teoria da marginalidade se trata do esforço de compreensão da determinação de uma superpopulação relativa em condições específicas do desenvolvimento capitalista – no caso, o capitalismo periférico e dependente. Ainda que a superpopulação seja uma lei de tendência do modo de produção capitalista, ela se expressa de distintas formas, mantendo sua essência, a depender da forma pela qual o sistema capitalista se consolida. Nesses termos, assumindo as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-

americano, marcado pela dependência no plano externo e pela heterogeneidade estrutural no plano interno, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de uma crescente exclusão social de parte relevante da população, ou seja, de uma marginalização direta de parte da população do processo produtivo. Assim, o fenômeno da marginalidade diz respeito às formas de inserção peculiares de grupos marginais – compostos pela parte mais pobre da população – na divisão social do trabalho, tendo como categoria explicativa principal a dinâmica da acumulação de capital.

A ideia postulada pela teoria da marginalidade é de que os entraves colocados à superação da condição periférica e dependente criaram as condições para um tipo de desenvolvimento que fosse predominantemente marcado por ser *superexcludente*, dada de um lado pela fraca potencialidade do sistema em articular a força de trabalho nas estruturas produtivas de cunho moderno, características dos setores dinâmicos da economia, e de outro por ser articulado à manutenção e reprodução de relações de produção não tipicamente capitalistas. A condição de dependência, ao submeter a economia interna à dinâmica das trocas internacionais e ao domínio dos setores econômicos pelos grupos monopolísticos internacionais, fez com que as modalidades produtivas que se tornaram hegemônicas no processo de acumulação não resultassem de um desenvolvimento orgânico, previamente maturado nas formações sociais latino-americanas, mas decorresse de enxertos advindos da dinâmica econômica predominante dos países centrais.

Tal processo teria se intensificado com a industrialização que, se num primeiro momento não promoveu impactos relevantes na estrutura do mercado de trabalho, num segundo momento promoveu um duplo efeito sobre a formação do excedente de mão de obra: num primeiro plano, a modernização do setor agrícola, conjugado à rigidez da estrutura fundiária, expulsou grande contingente de trabalhadores para as cidades; num segundo plano, a instalação de indústrias com elevada densidade de capital promoveu a elevação da composição orgânica do capital, reduzindo a capacidade de absorção de mão de obra. No entanto – e aqui se encontra a lógica da marginalidade – organiza-se ao redor dos setores modernos, e subordinados a estes de maneira direta ou indireta, um espectro de atividades cuja expansão se apóia na utilização extensiva da força de trabalho, o que caracteriza de modo particular as ocupações autônomas – que, ao contrário de serem destruídas, foram recriadas. Assim,

[Os] fatores que conduzem de modo inevitável à marginalização da população (...) não são somente as tendências redutivas do mercado de trabalho das novas empresas industriais, mas também a relativa marginalização de certos ramos de produção dentro do novo esquema de industrialização dependente. [De modo que] os esquemas interpretativos antes analisados equacionam a dependência enquanto um problema estrutural, ou seja, enquanto uma forma que vincula os países periféricos aos centrais, onde aqueles não aparecem como meros reflexos mecânicos da dinâmica operada nos países dominantes. (...) A problemática da marginalidade deve ser elaborada em estreita conexão com estes processos, na medida em que a situação de dependência é central na forma de acumulação que marca os países latino-americanos (Kowarick, 1985, p. 74-75).

De modo que a noção de marginalidade – partindo da constatação de que o capitalismo periférico generaliza processos de acumulação onde formas econômicas mais “evoluídas” se combinam com as mais “arcaicas”, originando um único modo de produção – se refere ao conjunto da força de trabalho que não é absorvida pelas formas típicas que o capitalismo, no seu processo de acumulação, tende a generalizar – em outras palavras, conjuga os trabalhadores que participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permitem defini-las como tipicamente capitalistas (Ibidem, p. 85-86). Nesse sentido, a força de trabalho pertencente à massa marginal seria aquela não vinculada aos setores tipicamente capitalistas – enquadrados tanto pelo nível do avanço tecnológico quanto das relações de trabalho estabelecidas – mas que, por estarem agregados dentro de um modo único de produção capitalista, seriam de modo direto e indireto subordinados ao setor capitalista. Do que se quer dizer que, de um lado, a expansão desses setores estaria vinculada à própria dinâmica expansiva do setor capitalista, e de outro, que dada a mobilidade existente entre as massas marginal e não-marginal, aquela estaria permanentemente disponível nos momentos de crescimento do setor capitalista.

Importa destacar a partir da teoria da marginalidade o esforço empreendido no sentido de tentar compreender a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas, onde o desenvolvimento industrial, dada sua incompletude e a convivência com setores de baixa composição orgânica do capital e, em consequência, de baixa produtividade, limita a capacidade de

integração da massa trabalhadora aos setores dinâmicos, de modo que esta, para garantir sua condição de reprodução, se vincula a formas de trabalho marginais – caracterizados especialmente pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração – que orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Assim, ainda que seja demarcada a existência da superpopulação relativa enquanto tendência geral do modo de produção capitalista, a teoria da marginalidade ressalta a especificidade do capitalismo dependente e periférico, pontuando que a população excedente não apenas é resultado da ampliação da composição orgânica do capital, mas também é um resultado dos próprios limites do desenvolvimento periférico – e, nesse sentido, se coloca enquanto população excedente já no início do desenvolvimento industrial. De tal maneira que o mercado de trabalho dessas economias nasce com o excedente estrutural de trabalho.

2 Justificativa e objeto de estudo

No escopo da discussão apresentada no item anterior, é possível dizer que na economia brasileira, no processo conjunto de industrialização e formação do mercado de trabalho, houve uma clara consolidação de um extenso excedente estrutural de mão de obra, que respondia basicamente a três aspectos: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a não modificação da estrutura fundiária e eclosão de um processo de industrialização com heterogeneidade estrutural. Assim, a economia brasileira manifestaria as determinações não apenas da formação de uma superpopulação relativa – a partir do aumento da composição orgânica do capital – mas também de uma massa marginal – resultado dos elementos específicos próprios de sua característica dependente e periférica.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, o fim do trabalho escravo contribuiu, num primeiro momento, para a eclosão de um problema de escassez de mão de obra dado que, até então, sua reprodução era garantida via tráfico e hereditariedade, mesmo que o segundo aspecto fosse limitado pelo baixo tempo de vida do escravo. Ainda que se tenha implementado uma série de mecanismos no sentido de contornar essa escassez, a resolução da questão só se pode concretizar com a opção pela imigração, a partir da criação do regime de colonato. De modo que o fim do trabalho escravo sem a fixação do trabalhador ex-escravo

ao campo – dado os limites impostos pela Lei de Terras – e a entrada de uma massa de imigrantes no Brasil, bem como a mobilização da força de trabalho livre nacional, em torno de um núcleo produtivo que começava a ser dominado pelas forças capitalistas, fez com que aqui se formasse um mercado de trabalho *sui generis*, com a existência de um conjunto de trabalhadores extremamente heterogênea, ocupando funções nas atividades rurais e urbanas, ao mesmo tempo em que tais atividades se misturavam entre capitalistas e não capitalistas. Nesse sentido, a expulsão de parte da população do campo conjugado à internalização de um elevado contingente de mão de obra vinda da Europa resultou, de um lado, na resolução do problema da escassez de trabalho na produção agrícola, e de outro, fez surgir segmentos de mercado de trabalho paralelos e permeados por relações não capitalistas – partindo de uma segmentação pautada não pela divisão técnica do trabalho, mas por critérios sociais e raciais definidos pela ideologia dominante – que asseguravam trabalho contínuo para ambos segmentos a um custo monetário mínimo. A existência de uma força de trabalho à margem do sistema gerava uma superabundância da oferta de trabalho, que cumpria o papel de exército de reserva (Barbosa, 2008, p. 167-169).

O segundo aspecto se vincula de forma estreita ao primeiro. À medida que o capital se apropriava de modo mais intenso das relações de trabalho no campo, criou-se uma série de entraves à manutenção da população nas áreas rurais, fosse tanto por não empreender mecanismos que permitisse sua fixação autônoma à terra, fosse pela opção ao trabalho imigrante feita dos proprietários de terra, ou ainda pela própria marginalização social do ex-escravo. A manutenção de uma estrutura fundiária rígida e em favor dos grandes proprietários de terra foi elemento fundamental para a transição de parte da população para as zonas urbanas, elemento que se tornaria mais intenso quando a demanda de mão de obra na produção cafeeira tivesse sido cumprida. De modo adicional, a manutenção da mesma estrutura em regiões em decadência – como o Norte e o Nordeste – foi elemento central na mobilização de parte de sua população excedente para a região Sudeste, então a região mais dinâmica da economia. Assim, não apenas se criou um fluxo intenso de pessoas que migraram para as cidades no intuito de garantir suas condições de reprodução, mas também impôs-se a esse contingente a condição de vinculação a formas precárias de trabalho, colocados os limites à geração de postos de trabalho nas áreas urbanas.

Por fim, cabe considerar os elementos próprios ao padrão de industrialização adotado no Brasil, em especial a partir da década de 1940. Ao se estabelecer voltado ao atendimento de mercados consumidores específicos, num primeiro momento – como resultado do processo de substituição de importações – e ao ter setores estratégicos dominados pelo mercado internacional, num segundo momento, a indústria brasileira nasce como uma intensa desarticulação entre seus setores produtivos, na medida em que era fundada em um projeto que não tinha como objetivo o desenvolvimento articulado da economia, mas tão somente a consolidação de determinados setores de interesse do capital externo. Nesse sentido, o desenvolvimento intenso de determinados setores em detrimento de outros consolidou um modelo de industrialização centrado na heterogeneidade estrutural – de modo que, dentro da economia brasileira, conviviam não apenas setores com elevados desníveis de produtividade, mas também setores caracterizados por atividades capitalistas e não capitalistas. O que cabe destacar é que, mesmo que o desenvolvimento capitalista conduzisse a uma ampliação dos setores mais avançados do ponto de vista da composição do capital – o que reduziria relativamente o componente da força de trabalho vinculada ao setor primário da economia, em oposição ao crescimento da força de trabalho nos setores secundário e terciário – a não difusão do capitalismo pelo conjunto de atividades da economia e, com isso, a manutenção de atividades ou de baixa composição orgânica, ou com relações de produção não capitalista, impediria a integração do conjunto da força de trabalho ao sistema capitalista. De modo que não apenas se consolida uma estrutura industrial cujos limites de expansão se esbarram nos limites de absorção da força de trabalho – elevando seu excedente estrutural – como parte dessa mão de obra encontra colocação apenas nos setores marginalizados da economia e sociedade.

Partindo desses três aspectos, o que se verifica é que o mercado de trabalho brasileiro, na esteira da eclosão da atividade industrial, se forma e se consolida tendo como característica mais marcante a existência de um excedente estrutural. Nesses termos, a argumentação central do projeto é de que o excedente estrutural de mão de obra no Brasil, expressão do desemprego estrutural – ou de sua superpopulação relativa – é resultado da conjunção de dois fatores: de um lado, os desdobramentos do modo capitalista de produção periférico que, ao não criar as condições para a integração da massa trabalhadora aos setores

capitalistas, trouxe à tona o surgimento de um conjunto de atividades que, subordinadas ao setor capitalista, matinha parte desse conjunto de trabalhadores vinculados a atividades instáveis, precárias e marginalizadas; e de outro, o próprio desenvolvimento dos setores onde predominavam as atividades capitalistas que, na lógica das leis de tendência apontadas por Marx, reduziam a porcentagem relativa de absorção da mão de obra na medida da ampliação da composição orgânica do capital. Do que se quer dizer que, em economias periféricas como a brasileira, o conjunto de desempregados estruturais está para além daqueles que, diretamente, estão à procura de trabalho; ela também se refere ao conjunto que, pela própria imposição das forças capitalistas, se vincula às atividades marcadas pela precarização e pela instabilidade.

Com base nos elementos apresentados anteriormente, o objeto de estudo da pesquisa se centra na análise do desemprego estrutural no Brasil, a partir das formas categoriais definidas dentro do conceito de superpopulação relativa. Em outras palavras, propõe-se uma análise do desemprego estrutural fundamentado no conceito de superpopulação relativa, partindo da noção de que o mesmo, mais que compreender o conjunto da população vinculada ao exército ativo de trabalhadores que se encontra desempregada, agrega também aqueles trabalhadores que, como alternativa à garantia de suas condições de reprodução, se vincula à formas de trabalho precárias a instáveis, as quais compõe o conjunto de atividades marginais. De modo que procurar-se-á nas formas flutuante, latente e estagnada o conjunto de trabalhadores que compõe o exército de desempregados estruturais. A partir dessa análise, pretende-se não apenas lançar os olhos, à luz da teoria marxista, sobre a estrutura das relações de trabalho no Brasil, e a complexidade que a mesma ganha à medida que se consolida o aparato das políticas neoliberais, mas também verificar a funcionalidade da existência de um exército de trabalhadores desempregados ou subempregados para o avanço do capitalismo periférico na contemporaneidade.

O desenvolvimento do projeto de pesquisa fundado nessa perspectiva se justifica, num primeiro plano, na necessidade de se lançar novo olhar sobre a forma de compreender o significado do desemprego estrutural. Levando em conta as indefinições que permeiam a utilização do termo, o que se propõe é, a partir uma análise fundada na teoria marxista, uma nova forma de caracterização do desemprego estrutural, utilizando o mesmo para a definição do conjunto de

trabalhadores que, no interior da estrutural do sistema capitalista de produção, se encontram ou desempregados ou submetidos a formas de trabalho precário. Nesse sentido, o que se pretende é apontar a degradação da classe trabalhadora num sistema que se desenvolve única e exclusivamente para a reprodução do capital. Num segundo plano, e de forma conectada ao primeiro, é mister tentar entender a nova lógica de organização do mundo do trabalho, em especial a partir dos processos decorrentes da implementação das políticas neoliberais – reestruturação e racionalização produtiva, multifuncionalidade e rotatividade do trabalho, e desconstrução dos mecanismos de regulação do trabalho – e que se direcionam tanto ao crescimento do exército industrial de reserva quanto à ampliação da precarização do trabalho.

3 Objetivo da pesquisa

O objetivo central da pesquisa é realizar uma análise do desemprego estrutural no Brasil, buscando entender suas formas de manifestação ao longo da história e sua funcionalidade no sistema capitalista de produção. A proposta central é realizar tal análise a partir do aporte conceitual definido dentro do campo marxista, em especial a partir dos conceitos de superpopulação relativa e das teses definidas dentro da teoria da marginalidade. Em outras palavras, o que se pretende é propor uma compreensão da ideia de desemprego estrutural, fundamentada a partir do conceito de superpopulação relativa e dos elementos específico à periferia latino-americana introduzidos pela teoria da marginalidade, que permita uma análise crítica das relações de trabalho no capitalismo brasileiro, bem como uma análise das tendências e dos desdobramentos no mundo do trabalho ao longo das duas últimas décadas.

Para a consecução do objetivo geral, pretende-se desenvolver a pesquisa em três principais etapas. Na primeira etapa, realizar o resgate da contribuição marxista para compreensão das relações de trabalho no modo de produção capitalista na periferia, em especial aquelas que se dedicaram a tal análise, como as teorias da dependência da marginalidade. É dentro desse objetivo que se pretende buscar as noções de superpopulação relativa e de massa marginal como elementos conceituais para a definição do desemprego estrutural no Brasil. A segunda etapa se voltará a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil, especificamente a partir da abolição da escravidão, momento histórico que, segundo a perspectiva

teórica aqui abordada, agrega os elementos e processos que resultarão na formação das relações de trabalho capitalistas no Brasil, e de modo mais específico, os desdobramentos históricos e políticos que resultarão na formação do excedente de mão de obra. A partir das análises teórico-históricas empreendidas nas duas primeiras fases, a terceira fase tratará de compreender a análise da evolução da questão do trabalho no Brasil, buscando entender, de um lado, os fatores gerais da formação do excedente de mão de obra no capitalismo periférico brasileiro, bem como o conjunto de fatores que, a cada momento histórico, contribuem ora para a manutenção, ora para o reforço desse excedente, permitindo sua caracterização enquanto processo estrutural da economia brasileira.

A partir dessas três etapas é que se pretende elaborar, ao longo dos próximos anos, um panorama do desemprego estrutural no Brasil, apontando seus elementos, seus determinantes e suas diversas manifestações na história da economia brasileira, bem como o papel que cumpriu no estabelecimento das relações capital-trabalho e que culminou, especialmente ao longo dos últimos anos, nas pressões diversas sobre a desregulamentação, flexibilização e desarticulação das relações de trabalho.

Considerações finais

No presente momento, as duas primeiras fases da pesquisa estão sendo desenvolvidas, concomitantemente. Dos resultados alcançados até então, é possível perceber que, historicamente, a etapa inicial do trabalho assalariado no Brasil – e em decorrência do conjunto de elementos característicos da transição do regime de trabalho escravo para o novo regime – se dá já com formação do excedente de mão de obra. Vale dizer, tomando o surgimento do trabalho assalariado como o ponto inicial da formação de um “mercado de trabalho”, tal momento histórico se consolida já com formação de excedente de mão de obra, seja, de um lado, por conta da não absorção da mão de obra existente no Brasil – e que, posteriormente, se direcionou para a região Sudeste, então região mais dinâmica da economia brasileira – seja por conta do elevado número de imigrantes introduzidos nas lavouras cafeeiras. Uma vez sendo todo esse contingente populacional mais que suficiente para a demanda de mão de obra existente, conclui-se que tal processo se desdobrou com excedente de mão de obra. Se a política de imigração foi ou não deliberada no sentido de formar um mercado de trabalho com excedente de

mão de obra – tal como apontado por Florestan Fernandes – dando a ele, assim, uma característica tipicamente capitalista, é tema para outro debate, a despeito de sua estreita vinculação com os argumentos aqui desenvolvidos.

Nesse sentido, a experiência brasileira não seria um caso clássico do processo descrito por Marx na formulação da categoria *superpopulação relativa*. O que, de outro lado, não quer dizer que no Brasil não houve formação (ou intensificação) do excedente em decorrência do desenvolvimento capitalista e, portanto, da elevação da composição orgânica do capital. O que a pesquisa permite até então apontar é uma convergência desses dois fatores na explicação e compreensão do excedente de mão de obra no Brasil. O que nos conduz para a uma terceira hipótese: a de que, apesar de sua característica estrutural, tal excedente pode ser, em diferentes momentos históricos, determinados por fatores distintos – no entanto, todos eles vindo a, juntamente com a superpopulação relativa, intensificar as descontinuidades das relações de trabalho no Brasil. Elementos que buscaremos, no desenrolar dos próximos anos, explicitar de forma mais robusta.

Referências adicionais

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade* – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, R. *O continente do labor*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. (Org.). *A dialética do labor* – Escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Os sentidos do trabalho* – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. Perdizes, São Paulo: Cortez Editora, 2003.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005.

_____. *Reorganização econômica e mercado de trabalho no Brasil*. Convênio IPEA/Fundap/Iesp, 2000.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, 2012.

KOWARICK, L. Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica. *Estudos CEBRAP*, n. 8, abr. 1974.

MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado – Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

RANIERI, J. *Trabalho e dialética – Hegel, Marx e a teoria social do devir*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

SALM, C. Evolução do mercado de trabalho, 1969/1972. *Estudos CEBRAP*, n. 8, abr. 1974.

SAMPAIO JR., P. A. Metástase da crise e a profundidade da reversão neocolonial. Dossiê: A crise atual do capitalismo. *Revista Crítica e Sociedade*, v. 1, n. 3, edição especial, 2011.

SOUZA, M. B. A atualidade do debate da marginalidade social: notas contra o predomínio do pragmatismo e do individualismo nos estudos das relações de trabalho. In: SEMINÁRIOS DO TRABALHO, 6. *Anais...* Marília: Unesp, 26 a 30 de maio de 2008.

VALENCIA, A. S. *El mundo del trabajo em tensión – Flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. 1. ed. Madri, Espanha: Plaza y Valdes Editores, 2007.

_____. *La reestructuración del mundo del trabajo – superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. 1. ed. México: Editorial Itaca, 2003.